



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 13 de novembro de 2025.

CODERN
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
AUTORIDADE PORTUÁRIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
JUNHO DE 2025

CODERN
AUTORIDADE PORTUÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	118.036	122.086
Contas a Receber	5	42.716	36.312
Contas a Receber - Clientes		1.388	4.960
Contas a Receber - Arrendamentos/Outorgas		41.328	31.352
Estoques	7	1.036	1.158
Tributos a Compensar	8	11.419	9.541
Despesas Antecipadas		131	10
Outros Créditos	6	2.135	3.460
Total do ativo circulante		175.473	172.567
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	153.241	148.548
Contas a Receber - Outorgas		130.697	131.688
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		22.544	16.860
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	166.716	166.286
Intangível		9	9
Total do ativo não circulante		319.996	314.873
Total do Ativo		495.469	487.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante			
Fornecedores	13.a	1.976	2.108
Obrigações Trabalhistas	11	4.142	2.684
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	39.499	147.307
Contas a Pagar	13.b	143	253
Outros Passivos	14	2.373	2.786
Receitas Antecipadas	15	84.971	83.913
Total do passivo circulante		133.104	239.051
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	76.455	69.086
Provisão para contingências	16	32.994	82.316
Convênios	18	5.433	5.433
Créditos para aumento de capital	20.a	404.114	379.816
Receitas Antecipadas	15	145.732	146.043
Total do passivo não circulante		664.728	682.694
Total do passivo		797.832	921.745
Passivo a descoberto			
Capital Social	19	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	71.268	30.053
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	20.b	76.435	76.435
Prejuízos acumulados	21	(882.909)	(973.637)
Total do passivo a descoberto		(302.363)	(434.305)
Total do Passivo e Passivo a descoberto		495.469	487.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de
		2025	2024	
Receita Líquida dos serviços	23	54.270	49.572	23.9
Custos operacionais	24	(21.257)	(18.626)	(9.9)
Lucro Bruto		33.013	30.946	13.9
(Despesas)/Receitas operacionais		29.315	(14.251)	39.9
Despesas administrativas e gerais	25	(20.329)	(18.269)	(9.9)
Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos	26	(333)	(72)	(3)
Despesas tributárias		(709)	(551)	(2)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	27	49.322	3.143	49.4
Outras (despesas)/receitas operacionais	28	1.364	1.498	1.0
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		62.328	16.695	53.8
Receitas financeiras	29	65.265	5.012	61.0
Despesas financeiras	29	(36.360)	(29.396)	(16.4)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		91.233	(7.689)	98.5
IRPJ e CSLL		-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	21.b	91.233	(7.689)	98.5
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		0,0000	0,0000	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
		2025	2024	2025	2024
Resultado do período		91.233	(7.689)	98.568	98.568
Outros Resultados Abrangentes					
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	22	41.214	2.515	37.760	37.760
Resultado Abrangente Consolidado do período		132.447	(5.174)	136.328	136.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 19)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 20.b)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 22)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 21.b)	To Patr Lí
Em 31 de dezembro de 2023		432.843	69.635	23.652	(935.628)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a					(2)
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b					(7.689)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			2.515		
Em 30 de junho de 2024		432.843	69.635	26.167	(943.319)	
Mutações do período		-		2.515		(7.691)
Em 31 de dezembro de 2024		432.843	76.435	30.053	(973.637)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a					(505)
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b					91.233
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			41.214		
Em 30 de junho de 2025		432.843	76.435	71.268	(882.909)	
Mutações do período		-		41.214		90.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do período	21.b	91.233	(7.689)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	10	6.484	5.731
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	41.214	2.515
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a	(505)	(2)
Provisão(s) (reversão) para contingências judiciais	27	(49.322)	(3.143)
Provisão(s) (reversão) para perdas com créditos esperadas	26	333	72
Despesas de atualização monetária	29	24.298	20.467
Baixas de Imobilizado	10	128	87
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(6.737)	2.775
Estoques	7	121	159
Tributos a Compensar/Recuperar	8	(1.878)	(5.076)
Despesas antecipadas		(121)	(115)
Outros créditos	6	1.325	(996)
Outros ativos não circulantes	9	(4.693)	(9.993)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	(132)	29
Obrigações Trabalhistas	11	1.458	1.114
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	(100.439)	8.127
Receitas Antecipadas	15	747	(3.685)
Outras Obrigações	13.b/14	(522)	(607)
Outros passivos não circulantes	16/18		
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.992	9.770
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	10	(7.042)	(1.490)
Aquisições do Intangível			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.042)	(1.490)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4.050)	8.280
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	122.086	101.091
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	118.036	109.371
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.050)	8.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de	
		2025	2024
1 Receitas		60.406	56.830
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	23	59.371	55.022
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(333)	(72)
1.3 Outras Receitas	28	1.368	1.880
2 Insumos adquiridos de terceiros		35.235	(9.172)
2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	24/25	(6.795)	(5.591)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	24/25/28	(7.288)	(6.722)
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos		(4)	(2)
2.4 Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	27	49.322	3.143
3 Valor adicionado bruto		95.641	47.658
4 Retenções		(6.484)	(5.731)
4.1 Depreciação e amortização	24/25	(6.484)	(5.731)
5 Valor adicionado líquido		89.157	41.927
6 Valor adicionado recebido em transferência		65.265	5.012
6.1 Receitas financeiras	29	65.265	5.012
7 Valor adicionado a distribuir		154.422	46.939
8 Valor adicionado distribuído		154.422	46.939
8.1 Pessoal		18.582	16.803
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais	24/25	12.756	11.749
8.1.2 Benefícios	24/25	4.541	3.886
8.1.3 FGTS	24/25	1.285	1.168
8.2 Impostos, taxas e contribuições		8.247	8.429
8.2.1 Federais		8.184	7.785
8.2.2 Estaduais		4	3
8.2.3 Municipais		59	641
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		36.360	29.396
8.3.1 Juros e Correção Monetária	29	36.360	29.396
8.4 Remuneração de capitais próprios		91.233	(7.689)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do período	21.b	91.233	(7.689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020. Em 10/09/2024, foi celebrado o novo Convênio de Descentralização 001/2024, com duração de 360 dias.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R4) - Demonstrações Intermediárias (IAS 34).

A administração autorizou a emissão das referidas demonstrações contábeis na data de 22/09/2025, sendo estas o reflexo fidedigno da posição patrimonial, financeira e dos resultados da entidade, de acordo com as premissas de continuidade operacional e os critérios contábeis adotados.

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 30 de junho de 2025 a Companhia apresenta lucro no montante de R\$ 91.233 mil. Os lucros durante este período foram principalmente atribuídos à reversão de provisão para contingências judiciais e administrativas, no montante de R\$ 50.729 mil e registro de deságio obtido com a negociação do TCD junto a entidade de previdência complementar - Portus, no montante de R\$ 56.628 mil. O prejuízo acumulado do período totaliza R\$ 882.909 mil (R\$ 973.637 mil em 31/12/2024), esse valor resulta da incorporação do lucro do período de R\$ 91.233 mil, juntamente com os ajustes efetuados diretamente no Patrimônio Líquido (PL) no montante de R\$ -505 mil, estes ajustes são abordados na Nota Explicativa de número 21.

No segundo trimestre, o Plano de Saneamento Financeiro - PSF continha em sua estrutura 73 indicadores, dos quais 48 indicadores possuem metas definidas para avaliação do desempenho da Companhia e 25 indicadores para fins de acompanhamento dos resultados das atividades finalísticas e as atividades de apoio (administrativas). No 2º trimestre de 2025, dos 48 indicadores com metas definidas e mensuradas, uma média de 29 atingiram os resultados esperados, representando um percentual de cumprimento da estratégia de 60%, o qual representa um grau de risco Alto 9, representando uma situação negativa, além do apetite a risco da CODERN. Em análise macro, os indicadores que ocasionaram esse resultado são os referentes à Estatística Portuária, os quais avaliam o desempenho da movimentação no Porto de Natal, a qual apresentou baixa no mês de maio/2025, em decorrência da queda na importação de trigo o referido mês.

A seguir será apresentada análise acerca dos principais resultados do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca, extraídos do desempenho apresentado nos indicadores do PSF.

No segundo trimestre de 2025, o faturamento do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca foi de R\$ 6,7 milhões, representando uma queda de 4,6% em relação ao mesmo período de 2024. Esse decréscimo decorre da diminuição apresentada na movimentação de trigo no Porto de Natal, e, em menor parte, de queda apresentada pelo Terminal Salineiro - TERSAB oriunda de alterações nos navios que operam no Terminal, os quais, hoje, possuem um Dead Weight Tonnage - DWT (Tonelagem de Porte Bruto - TPB) menor que os navios que operaram no mesmo período de 2024, ocasionando uma diminuição no faturamento da Tabela I. Do total faturado pelo Porto de Natal e Areia Branca, 76% corresponde ao faturamento do TERSAB que movimentou no segundo trimestre um total 391 mil toneladas de sal, gerando um montante de R\$ 5,1 milhões.

O indicador Títulos Recebidos no Prazo apresentou, no segundo trimestre, desempenho abaixo do esperado. De abril a junho de 2025 foram recebidos 87% do total faturado (R\$ 5,9 milhões). Com relação ao índice de inadimplência dos clientes que efetuaram operações junto à CODERN, a média de títulos vencidos apresentou um aumento de 51% quando comparado ao mesmo período de 2024, reflexo do não recebimento dentro do prazo de fatura da Intersal, a qual impactou, da mesma maneira, o indicador de títulos recebidos no prazo.

Em relação às despesas, os indicadores que possuem maior impacto no total dos dispêndios correntes estão relacionados aos custos e despesas com a folha de pagamento. Apesar da consolidação dos indicadores referentes ao pagamento de adicionais ocorrer na Gerência Administrativa - GEADMI, são, na realidade, custos operacionais, pois tratam-se de indicadores relacionados à operação portuária. No acumulado do segundo trimestre de 2025, os gastos com adicionais foram de R\$ 146,4 mil, um aumento de 177% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento nos postos da guarda portuária para garantecer o monitoramento do Circuito Fechado de TV (CFTV). O valor pago em horas extras foi de R\$ 115,5 mil (aumento de 362%), e em adicional noturno foi de R\$ 30,9 mil (aumento de 11%).

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em Operação	Taxa Anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	Taxa Anual
Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EPPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados, enquanto estes não estiverem elegíveis ao benefício.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre obrigações com o PORTUS calculados à taxa do INPC.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

A Companhia tem apresentado prejuízos fiscais em exercícios consecutivos, resultando na geração de ativos fiscais diferidos. Contudo, conforme a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido apenas quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensar esses prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados. Diante da ausência de estimativas formais indicando a geração de lucros tributáveis futuros pela Companhia, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi efetuado.

4.Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2025	31/12/2024
Recursos em bancos	1.556	1.160
Fundo Rotativo	18	7
Recursos do Tesouro - SIAFI	22.440	21.478
Aplicações financeiras	94.022	99.441
Total de caixa e equivalentes de caixa	118.036	122.086

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 6,65% no período, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado.

5.Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes de Outorgas de Arrendamentos, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a períodos anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e contas a receber	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	9.752	12.991
Contas a receber de arrendamentos e outorgas	41.328	31.352
Menos: Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa - clientes	(8.364)	(8.031)
Total Contas a Receber	42.716	36.312

Os valores referentes às outorgas dos contratos de arrendamentos foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias, assim como do Porto de Recife. Os saldos estão apresentados a seguir:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
-----------	------------	------------

Adiantamentos	825	577
Outros Valores a receber	461	2.026
Servidores Cedidos	110	111
Valores a Receber de Terceiros	2.955	2.962
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.216)	(2.216)
Total Devedores Diversos	2.135	3.460

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Material de consumo permanente Sede	385	349
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	527	527
Material de consumo permanente Maceió	124	282
Total	1.036	1.158

8. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Tributos Retidos na Fonte	3.345	1.467
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	13.455	13.455
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	7	7
(-) Provisão de perda s/ tributos a Recuperar	(5.388)	(5.388)
Total	11.419	9.541

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e clientes a receber em período superior à 12 meses, assim especificados:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	130.697	131.688
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	24.692	18.977
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(2.148)	(2.117)
Total	153.241	148.548

Conforme nota explicativa nº 12, a Codern Sede e o Porto de Maceió vêm realizando depósitos judiciais referentes às diferenças das alíquotas de PIS e COFINS, em razão de processo judicial que pleiteia o reconhecimento da imunidade tributária dos Portos. As referidas diferenças decorrem da divergência entre o regime não cumulativo e o regime cumulativo de apuração das contribuições.

10. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de junho de 2025 estão apresentados de acordo com os critérios descritos na nota 3.6. A seguir, apresenta-se a composição dos saldos, bem como a conciliação entre os valores contábeis no início e no final do período:

Imobilizado	30/06/2025	31/12/2024
Bens em Operação	622.009	614.834
(-) Depreciação - Bens em Operação	(269.728)	(264.339)
(-) Impairment - Bens em Operação	(266.345)	(266.104)
Bens Administração	113.119	112.973
(-) Depreciação - Bens Administração	(29.704)	(28.987)
(-) Impairment - Bens Administração	(68.957)	(68.957)
Bens de Terceiros	69.394	69.394
(-) Depreciação - Bens de Terceiros	(3.418)	(2.861)
Imobilizado em Andamento	392	620
(-) Impairment - Imobilizado em Andamento	(47)	(288)
Total	166.716	166.286

Discriminação	Saldo em 31/12/2024	(+/-) Adições/ Transf.	(+/-) Baixas/ Ajustes	(-) Depreciação	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo em 30/06/2025
---------------	------------------------	------------------------------	-----------------------------	--------------------	---------------------------------------	------------------------

Bens em Operação	84.391	7.187	(102)	(5.300)	(241)	85.936
Infraestrutura Marítima	15.211	6.281	(33)	(1.080)	0	20.380
Infraestrutura Acostagem	59.002	0	(54)	(2.141)	0	56.807
Infraestrutura Terrestre	0	0	0	0	0	0
Armazenagem	172	0	(0)	(7)	0	165
Equipamentos	10.005	907	(14)	(2.072)	(241)	8.585
Bens Administração	15.030	83	53	(707)	0	14.459
Terrenos	96	0	0	0	0	96
Edifícios e Benfeitorias	11.995	0	(1)	(480)	0	11.514
Instalações	2.109	0	(0)	(73)	0	2.036
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	266	8	12	(40)	0	246
Equipamentos de Informática	65	15	(2)	(18)	19	79
Móveis e Utensílios	197	52	45	(11)	(19)	264
Veículos	5	0	(1)	(6)	0	(2)
Ferramentas	24	0	(0)	(4)	0	19
Peças e Conjuntos de Reposição	273	8	0	(75)	0	207
Bens de Terceiros	66.533	0	(80)	(478)	0	65.976
Infraestrutura Marítima	2.861	0	(7)	(41)	0	2.813
Infraestrutura Acostagem	58.300	0	(69)	(412)	0	57.820
Terminal de Passageiros	5.373	0	(4)	(25)	0	5.343
Imobilização em Curso	332	(228)	0	0	241	345
Total	166.286	7.042	(128)	(6.484)	0	166.716

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2024, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

UGC Terminal Salineiro de Areia Branca;
UGC Porto de Natal;
UGC Terminal de Passageiros;
UGC Porto de Maceió.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2024	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Saldo em 30/06/2025
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	172.967	0	0	172.967
UGC Porto de Natal	97.628	0	0	97.628
UGC Terminal de Passageiros	47.498	0	0	47.498
UGC Porto de Maceió	17.256	0	0	17.256
Total	335.349	0	0	335.349

11. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Salários e Remunerações a Pagar	6	6
13º Salário a Pagar	0	0
Férias a Pagar	31	0
Rescisões a Pagar	0	0
Provisão para Férias	2.795	2.391
Provisão para 13º Salário	928	0
Outras Obrigações Trabalhistas	382	287
Total obrigações fiscais e trabalhistas	4.142	2.684

12. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Encargos Sociais e Previdenciários	31.677	139.599
INSS a Pagar	26.005	21.821
FGTS a pagar	148	391

Plano de Previdência Complementar	5.120	116.959
INSS - Autônomos	301	301
INSS - Terceiros	103	127
Obrigações Fiscais	7.822	7.708
Tributos Federais a Recolher	2.878	2.944
Tributos Federais - Terceiros	0	0
Parcelamentos Fiscais - Federais	3.221	3.047
Tributos Municipais	408	402
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.315	1.315
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	39.499	147.307

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Encargos Sociais e Previdenciários	52.182	46.740
Plano de Previdência Complementar	52.182	46.740
Obrigações Fiscais	24.273	22.346
Parcelamentos Fiscais - Federais	5.117	6.252
Tributos Municipais	1.179	1.179
Outras Obrigações Fiscais	17.977	14.915
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	76.455	69.086

A Administração do Porto de Maceió ajuizou processo junto a Fazenda Nacional (união Federal), visando a modificação do regime de apuração do Pis/Cofins do Porto de Maceió, a fim de que passe a realizá-la na modalidade cumulativa, reduzindo as alíquotas para 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a sua receita bruta, dada a condição de imunidade tributária, com a consequente recuperação dos valores eventualmente pagos nos últimos 5 (cinco) anos.

No início da marcha processual, foi obtida decisão liminar permitindo que o Porto de Maceió apure o Pis/Cofins pelo regime cumulativo, efetuando os respectivos recolhimentos aos cofres da União, bem como permitindo que deposite judicialmente a diferença para o regime não-cumulativo, cujos valores poderão ser recuperados após a procedência e o trânsito em julgado da ação.

Em sentença, o juiz de 1º grau julgou procedente a ação, reconhecendo, diante da imunidade tributária, o direito do Porto de Maceió em apurar o Pis/Cofins pelo regime cumulativo.

Foram protocolados embargos de declaração, em defesa dos interesses do Porto de Maceió, a fim de ajustar os honorários advocatícios e não submeter o processo à remessa necessária, tendo sido acolhidos em parte.

Na sequência, tanto a Fazenda Nacional quanto o Porto de Maceió apresentaram apelações, bem como as respectivas contrarrazões, sendo o processo remetido para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no qual aguarda julgamento.

Em 28/03/2024, a CODERN celebrou contrato com o objeto de assegurar à COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE/SEDE o adequado manejo processual necessário, logrando a tutela judicial atinente à apuração da contribuição ao PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, nos termos do art. 8º, V, da Lei 10.637/2002 e do art. 10, da Lei 10.833/2003.

Em 16/10/2024, o escritório contratado comunicou que o magistrado responsável pela análise da demanda, ao apreciar o pedido de liminar, entendeu que não havia necessidade de sua concessão, com base no artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). Nos termos desse dispositivo legal, o depósito judicial integral do valor discutido é uma faculdade do contribuinte, que tem como efeito imediato a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sem necessidade de autorização judicial específica.

Dante desse entendimento, foi recomendado que a Codern realize o recolhimento do PIS/PASEP e da COFINS apurados no regime da cumulatividade diretamente aos cofres da União, e, paralelamente, efetue o depósito judicial das diferenças resultantes da apuração pelo regime da não cumulatividade. Os valores dessas diferenças devem ser apurados e depositados mensalmente em conta judicial vinculada ao processo, utilizando a guia emitida no site da Caixa Econômica Federal.

No que diz respeito aos valores relativos ao Plano de Previdência Complementar, em 25 de fevereiro de 2025, foi celebrado Termo de Conciliação entre a Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte - CODERN, juntamente com o Porto de Maceió, e o PORTUS - Instituto de Seguridade Social. O acordo, homologado no âmbito da Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal - nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU, visa à extinção de litígios judiciais históricos envolvendo obrigações previdenciárias do plano PBPL e seus planos cindidos.

A proposta final resultou em um compromisso financeiro individualizado de: R\$ 33.832 mil por parte da CODERN; e R\$ 32.951 mil pela APMC (Porto de Maceió), totalizando R\$ 66.783 atribuídos à atuação conjunta das duas entidades patrocinadoras.

O acordo representa uma significativa redução no passivo previdenciário decorrente da aplicação de deságios acordados entre as partes e contribui diretamente para o equacionamento das obrigações atuariais perante o PORTUS.

Os Termos de Composição e Ajuste de Dívida (TCDs) individuais entre cada patrocinadora e o PORTUS foram formalizados em 11/04/2025, com pagamento da 1º parcela em maio/2025, o qual foram financiados em 144 parcelas mensais, calculadas segundo o sistema Price de amortização e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC sobre o saldo devedor. Cabe ressaltar que a parte que cabe a APMC, foi feito um aporte inicial de R\$ 10.000 mil em parcela única, no ato do acordo.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Passivo Circulante	5.120	116.959
POROUS RTSA	0	45.548
Portus - Retido dos Empregados	1	879
Portus - Termo de Compromisso de Dívida (TCD)	4.977	0
POROUS Assistidos	66	4.375
POROUS - Contribuição Patronal	37	25.376
Portus - Parcelado	0	35.144
Portus - TCF	0	5.590

Portus - Contribuição Extraordinária	39	45
Passivo não circulante	52.182	46.740
PORATUS RTSA	0	6.868
PORATUS - Termo de Compromisso TCF	0	35.265
Déficit Atuarial - Portus	0	4.607
Portus - Termo de Compromisso de Dívida (TCD)	52.182	0
Total	57.302	163.699

13. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores de bens e materiais	1.325	1.683
Fornecedores de serviços	651	425
Total fornecedores	1.976	2.108

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Energia Elétrica	117	239
Telefone	2	4
Empregados	16	7
Terceiros	8	3
Total contas a pagar	143	253

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	1.967	2.590
Valores Pendentes de Classificação	136	142
Outras Obrigações	268	52
CPMF	1	1
Obrigações Societárias	1	1
Total Outros Passivos	2.373	2.786

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área MAC13 (Porto de Maceió), nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, nº 03/2023-Antaq da área MAC11 (Porto de Maceió), nº 02/2023-Antaq da área Mac11A (Porto de Maceió), nº 04/2023-Antaq da área Mac12 (Porto de Maceió), nº 10/2023-Antaq da área Mac15 e nº 07/2024 da área Mac 16. Os valores recebidos antecipadamente ou em função de outorga serão realizados como receita no prazo do arrendamento. Os valores referentes às outorgas dos contratos com a Vibra Energia (MAC 11), Ipiranga S.A. (MAC 12), Origem Energia (Mac 11A) e Intermarítima (Mac 15) foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

Arrendatária	Total de Meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	(-) Apropriações	Saldo em 30/06/2025
Intersal - Terminal Salineiro de Areia Branca	300	268	14.190	-	(311)	13.879
Empat - Mac 13	300	268	8.087	-	(178)	7.909
Vibra Energia - Mac 11	300	281	60.198	977	(1.260)	59.915
Origem Energia - Mac 11A	300	281	39.233	2.587	(864)	40.956
Ipiranga Prod. de Petróleo - Mac 12	300	281	107.354	1.741	(2.256)	106.840
Intermarítima Ltda - Mac 15	60	46	893	52	(104)	841
Consórcio Britto - Mac 16	60	60	-	363		363
Total			229.956	5.357	(4.973)	230.703
Circulante			83.913			84.971
Não Circulante			146.043			145.732

16. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Contingências administrativas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	64.912	5.490	11.858	56	82.316
Provisões constituídas no período	389	239	0	0	629
Baixas de provisões	0	0	0	0	0
Reversões	(38.269)	(128)	(11.499)	(56)	(49.951)
Saldo em 30 de junho de 2025	27.033	5.601	359	0	32.994

16.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 30.06.25, totalizou R\$ 5.601 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 05 processos em andamento, relativos a diferenças salariais, sendo o mais elevado os processos no valor de R\$ 108 mil, relativo a Verbas trabalhistas não pagas pela reclamada principal (terceirizada) e R\$ 60 mil, relativo à reintegração e diferenças salariais.

Na filial Maceió, temos 25 processos em andamento, dentre estes, registra-se os de maior relevância no valor de R\$ 1.182 mil sobre equiparação salarial e R\$ 766 mil sobre adicional noturno, horas extras e rescisão indireta.

16.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde à valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 30.06.2025, totalizou R\$ 27.033 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos, sendo o de maior relevância correspondente ao montante de R\$ 387 mil, no qual se refere a execução fiscal da Antaq.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processo em trâmite, tendo no valor de R\$ 26.644 mil, relativo à ação judicial movida pela empresa Mendes Júnior, decorrente de divergências relacionadas ao contrato de construção e execução de obras de infraestrutura no Porto de Maceió. A reivindicação tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de alegados custos adicionais e alterações nas condições inicialmente pactuadas.

16.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde à valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 30.06.2025 o montante de R\$ 359 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na filial Maceió encontra-se registrado 04 processos, sendo o de maior relevância R\$ 286 mil tendo como credor a Agência Nacional de Transportes Aquaviário - ANTAQ.

16.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível, trabalhista e administrativo junto à Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, Procuradoria Regional do Trabalho 21ª região, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30.06.2025 somou R\$ 147.846 mil (R\$ 158.697 mil em 31/12/2024), assim especificadas:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Causas trabalhistas	5.558	4.849
Causas fiscais	63.270	5.529
Causas cíveis	77.932	146.984
Causas administrativas	1.085	1.335
Total	147.846	158.697

Na matriz, temos 48 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R\$ 317 mil), Ministério Público referente a execução de TAC (R\$ 217 mil), verbas trabalhistas (R\$ 230 mil), aguardando julgamento de recursos, indenização de horas extras (R\$ 211 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa e Danos morais, material e acúmulo de função (1.605 mil), aguardando julgamentos de recursos ordinários interpostos por ambas as partes.

Na matriz, temos 08 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado ou Fazenda Nacional, cujos débito de maior relevância totaliza R\$ 46.220 mil, o mesmo se refere à exceção de pré-executividade apresentada requerendo o pagamento pela via de Precatórios e R\$ 10.465 mil referente a execução fiscal estadual.

Na matriz, temos 28 processos relativo a causas cíveis, o mais relevante possui montante de R\$ 48.842 mil e corresponde ao Consórcio Areia Branca, objetivando provimento jurisdicional que condene a CODERN ao resarcimento de todas as supostas despesas adicionais suportadas na execução do Contrato nº 012/200.

Na matriz, temos 07 processos relativo a causas administrativos, os processos se referem a Multas, Termo de Ajustamento de Conduta e/ou auto de infração originados de processos de fiscalização.

Na filial Maceió, constam 04 processos trabalhistas como possíveis, sendo a causa mais relevante no montante R\$ 200 mil referente a dano moral/tutela inibitória em que o porto responde solidariamente junto com o OGMO.

Na filial Maceió, constam 02 processos administrativos como possível, tendo sido originados de autos de infração do Ibama.

17. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

A Companhia patrocina o Plano de Benefício Definido PBP1, administrado pelo Instituto Portus de Seguridade Social - PORTUS.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do referido plano, em atendimento às disposições do CPC 33 (R2) - Benefícios a Empregados, com base em relatório atuarial elaborado na data-base de referência.

O déficit atuarial vinha sendo reduzido periodicamente em decorrência do Termo de Compromisso Financeiro firmado entre a Companhia e o PORTUS. Posteriormente, foi celebrado um novo Termo de Confissão de Dívida (TCD), no qual a Companhia reconheceu formalmente obrigação financeira suficiente para a cobertura integral do passivo atuarial, apurado conforme critérios estabelecidos pelo CPC 33.

Em razão desse compromisso, o estudo atuarial do plano passou a apresentar déficit nulo em 30/06/2025, em comparação com o déficit de R\$ 4.607 mil apurado em 31/12/2024. Dessa forma, os valores reconhecidos no balanço patrimonial encontram-se integralmente respaldados pelo compromisso formal assumido pela Companhia por meio do TCD, inexistindo, na presente data, déficit atuarial a ser registrado.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Déficit Atuarial	0	4.607
Total	0	4.607

A. Alteração na obrigação de benefício definido		30/06/2025	31/03/2025
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior		57.635.865	58.615.586
2. Custo do serviço			
a. Custo do serviço atual	-	9.472	9.143
b. Custo do serviço passado			
c. (Ganhos) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano			
3. Custo dos juros		1.657.031	1.655.890
4. Fluxos de caixa			
a. Benefício pago pelo plano	-	2.707.403	1.531.579
b. Benefício pago diretamente pela empresa			
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada			
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada			
e. Contribuições do participante		458.169	305.548
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação			
g. Impostos incluídos na obrigação			
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco			
i. Outros eventos significativos			
j. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências			
l. Redimensionamento da obrigação		2.410.642	1.418.724
m. Efeito das mudanças nas premissas demográficas			
n. Efeito de mudanças nas premissas financeiras		1.740.736	979.721
o. Efeito dos ajustes de experiência		669.907	439.003
p. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio			
q. Obrigação de benefício definido no final do ano		59.444.832	57.635.865
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		30/06/2025	31/03/2025
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior		15.963.503	13.153.786
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano		436.934	350.620
3. Fluxos de caixa			
a. Contribuições totais do empregador			
(i) Contribuições do empregador		2.221.208	1.640.819
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador			
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador			
b. Contribuições do participante		458.169	305.548
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	-	2.707.403	1.531.579
d. Pagamentos de benefícios do empregador			
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano			
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano			
g. Pagamentos de liquidação do empregador			
h. Despesas administrativas pagas de ativos do plano			
i. Impostos pagos de ativos do plano			
j. Outros eventos significativos			
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências			
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos			
l. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		40.170.744	2.035.310
m. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio			
n. Valor justo dos ativos do plano no final do ano		56.543.155	15.963.503
C. Alteração dos direitos de reembolso		30/06/2025	31/03/2025
1. Direitos de reembolso no final do ano anterior			
2. Redimensionamento do serviço corrente			
3. Ganhos / (perda) em liquidações			
4. Receita de juros			
5. Fluxos de caixa			
a. Contribuições do empregador para direitos de reembolso			
b. Reembolsos ao empregador			
c. Outros eventos significativos			
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências			
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos			
l. Redimensionamento do direito reembolsável			
a. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)			
b. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio			
c. Direitos de reembolso no final do ano			
D. Mudança no teto do ativo / passivo oneroso		30/06/2025	31/03/2025
1. Teto do ativo / passivo oneroso no final do exercício anterior			
2. Incêndia de juros			
3. Redimensionamento			
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)			
b. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio			
c. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício			
E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira		30/06/2025	31/03/2025
1. Obrigação de benefício definido	-39.444.832	-57.635.865	
2. Valor justo dos ativos do plano	56.543.155	15.963.503	
4. (Passivo) / Ativo líquido inicial	-2.904.676	-41.672.363	
5. Efeito comparilhamento riscos (Passivo Residual) + participantes	-	-	
6. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	-2.904.676	-41.672.363	
7. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCD)	57.358.669	40.891.931	
8. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido	-57.358.669	-781.371	

F. Componentes do custo do benefício definido	30/06/2025	31/03/2025
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atuaf	-9.472	9.145
b. Custo do serviço de reembolso		
c. Custo do serviço passado		
d. (Custo) / perda decorrente de liquidação antecipada		
e. Custo total do serviço	-9.472	9.145
2. Custo dos juros líquidos		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	1.657.033	1.655.890
b. Juros (receita) sobre ativos do plano	-456.954	-550.620
c. Juros (receita) sobre direitos de reembolso		
d. Despesas com juros sobre efeito de (ativo ativo) / passivo oneroso		
e. Custo total de juros líquidos	1.220.097	1.305.271
3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo		
4. Despesas administrativa e imposto (não incluídos no passivo)		
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	1.210.625	1.314.414
6. Redimensionamentos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-35.507.404	-30.053.591
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas		*
b. Efeito das mudanças nas premissas financeiras	1.740.736	-979.721
c. Efeito dos ajustes de experiência	669.907	-4.69.003
d. (Retorno) dos ativos do plano (excluindo receita de juros)	-40.770.744	-2.035.310
e. (Retorno) sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)		
f. Mudanças no teor do ativo / passivo oneroso (excluindo receita de juros)		
g. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados	-71.267.526	-35.507.424
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	-109.027.627	-52.193.011
G. Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido	30/06/2025	31/03/2025
1. Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do ano anterior	-10.270.049	-14.059.488
2. Custo do benefício definido incluído no resultado	33.507.424	-134.414
3. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	37.760.102	3.454.034
4. Outros eventos significativos		
a. Transferência líquida em / (out) (incluindo o efeito de quaisquer combinações / alienações de negócios)		
b. Quantias reconhecidas devido a combinações de planos		
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuições do empregador	2.221.208	1.649.819
b. Contribuição relativa à benefício pago diretamente pela empresa		
c. Liquidação antecipada paga pela empresa		
d. Crédito para reembolsos		
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
8. (Passivo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano	63.218.685	-10.270.049
H. Segregação da obrigação de benefício definido	30/06/2025	31/03/2025
1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante		
a. Ativos	40	40
b. Assiduos em gozo de benefício	259	259
c. Aposentados	158	158
pensionistas	101	101
c. Total	299	299
I. Premissas atuariais significativas	30/06/2025	31/03/2025
Hipóteses para determinação da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto	10,9%	11,50%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos benefícios	-1,50%	-3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Rotatividade	N/A	N/A
Mortalidade de invalidos	Winklevoss desaggravada em 20%	Winklevoss desaggravada em 20%
Entrada em aposentadoria	N/A	N/A
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Duration (em anos)	7,52	7,52
Entrada em invalidez	Grupo Americana Desaggravada em 20%	Grupo Americana Desaggravada em 20%
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus
J. Análise de sensibilidade	30/06/2025	31/03/2025
Vlor presente da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto - 25 pontos base	60.247.337	58.494.966
Taxa de desconto + 25 pontos base	58.553.159	56.713.691
% de impacto na obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto - 25 pontos base	1,35%	1,49%
Taxa de desconto + 25 pontos base	-1,50%	-1,60%
Alteração na tábua de mortalidade		
Agravada em 10%	58.626.604	57.238.377
Desaggravada em 10%	60.187.892	58.390.706
% do impacto da tábua de mortalidade		
Agravada em 10%	-1,40%	-0,69%
Desaggravada em 10%	4,43%	1,31%
K. Projeção do fluxo de caixa	30/06/2025	31/03/2025
Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	2.707.403	1.531.579
Contribuições esperadas do empregador - paridade	169.697	153.908
Contribuições esperadas dos participantes	-	-
Contribuições esperadas dos assistidos - extraordinárias	296.906	305.548
Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	277.900	265.990
Contribuições esperadas do empregador - TCD	1.642.157	1.248.483

18. Convênios - Terminal de Passageiros

O montante de R\$ 5.433 mil registrado nesta conta refere-se à obra realizada no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió, executada com recursos provenientes do DNIT. Com o objetivo de esclarecer a destinação desses recursos, bem como a forma adequada de contabilização, o Porto de Maceió encaminhou o Ofício nº 62/2024, ao Superintendente do DNIT/AL, em 06/06/2024.

Posteriormente, a APMC enviou Ofício nº 014 à COPAR/STN, em 20/09/2024, solicitando orientação quanto à natureza dos recursos e ao devido registro contábil da referida obra. Em 07/01/2025, o Porto de Maceió reiterou o pedido à COPAR/STN, com o objetivo de regularizar a incorporação do bem ao patrimônio da APMC.

19. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de junho de 2025 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

20. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital - Atualizável	30/06/2025	31/12/2024
Porto de Natal e Areia Branca	104.379	98.135
Saldo Principal	26.765	26.765
Correção Selic	36.562	32.748
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	41.052	38.623
Porto de Maceió	299.735	281.681
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	299.735	281.681
Total	404.114	379.816

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Não Atualizável	30/06/2025	31/12/2024
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	67.350	67.350
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Aquisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal - No Estado do RN	460	460
Melhoria e Recuperação das Inst. Elétricas - Energia Solar	4.000	4.000
Recuperação Estrutural dos Armazéns dos 1 e 2	1.600	1.600
Recuperação Estrutural dos Galpões dos 1 e 2	1.200	1.200
Total	76.435	76.435

21. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -505 mil em 30/06/2025 (R\$ -2 mil em 30/06/2024).

Ajustes de Exercícios Anteriores	30/06/2025	30/06/2024
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0
Contas a Receber	(770)	0
Imobilizado	(128)	0
Previdência Complementar - Portus	370	0
Outros Ajustes	23	(2)
Total	(505)	(2)

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou lucro de R\$ 91.233 mil em 30/06/2025 (prejuízo de R\$ 7.689 mil em 30/06/2024), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R\$ 73.026 mil em 30/06/2025 (lucro de R\$ 15.438 mil em 30/06/2024), conforme o quadro a seguir:

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Resultado líquido	91.233,00	(7.689)

Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	6.484	5.731

Provisões/(Reversão) para contingências judiciais	(49.322)	(3.143)
Provisões/(Reversão) para perdas com créditos esperadas	333	72,00
Despesas de atualização monetária	24.298	20.467
Resultado líquido ajustado	73.026	15.438

22. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 41.214 mil em 30/06/2025 (ganho líquido de R\$ 2.515 mil em 30/06/2024) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido.

23. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta dos serviços prestados				
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	16.625	16.865	7.343	8.222
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.116	1.261	463	721
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	9.047	11.359	2.984	3.633
Receitas de Armazenagem	3.370	4.308	1.744	2.523
Receitas por Diversos Padronizados	2.865	1.100	813	624
Receitas com Contratos de Arrendamento	24.769	17.800	12.878	8.711
Receitas Alternativas	1.579	2.329	225	1.174
Total da Receita bruta	59.371	55.022	26.449	25.609
(-) Impostos sobre serviços prestados	(5.101)	(5.450)	(2.484)	(2.080)
Receita líquida dos serviços prestados	54.270	49.572	23.965	23.528

Houve aumento de 9% na receita líquida do período, sendo o aumento originado principalmente das receitas do Porto de Maceió, devido as receitas com contratos de arrendamento.

os quadros abaixo demonstram a receita líquida por Porto.

Porto de Natal	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta dos serviços prestados				
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	901	973	390	450
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	350	351	96	108
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	690	610	283	293
Receitas de Armazenagem	59	369	1	218
Receitas por Diversos Padronizados	902	785	243	438
Receitas com Contratos de Arrendamento	833	525	392	299
Receitas Alternativas	678	142	211	81
Total da Receita bruta	4.413	3.756	1.616	1.886
(-) Impostos sobre serviços prestados	(376)	(338)	(149)	(169)
Receita líquida dos serviços prestados	4.036	3.418	1.467	1.717

Houve um aumento de 18% na Receita Líquida do Porto de Natal, impulsionado pelo crescimento operacional nas receitas com contratos de arrendamento e receitas alternativas.

Terminal Salineiro de Areia Branca	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta dos serviços prestados				
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	5.288	5.944	2.470	2.481
Receitas por Diversos Padronizados	0	28	0	0
Receitas com Contratos de Arrendamento	5.563	5.569	2.766	2.810
Total da Receita bruta	10.850	11.541	5.235	5.291
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.004)	(1.065)	(484)	(489)
Receita líquida dos serviços prestados	9.847	10.476	4.751	4.802

Houve uma redução de 6% na Receita Líquida do Terminal Salineiro de Areia Branca, em decorrência de alterações nos navios que operam no Terminal, os quais, hoje, possuem um Dead Weight Tonnage - DWT (Tonelagem de Porte Bruto - TPB) menor que os navios que operaram no mesmo período de 2024.

Porto de Maceió	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta dos serviços prestados				

Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	10.436	9.948	4.484	5.291
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	765	910	366	614
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	8.357	10.749	2.701	3.341
Receitas de Armazenagem	3.312	3.939	1.743	2.305
Receitas por Diversos Padronizados	1.964	287	569	186
Receitas com Contratos de Arrendamento	18.373	11.706	9.720	5.602
Receitas Alternativas	901	2.186	14	1.093
Total da Receita bruta	44.108	39.726	19.597	18.432
(-) Impostos sobre serviços prestados	(3.722)	(4.047)	(1.851)	(1.422)
Receita líquida dos serviços prestados	40.386	35.679	17.746	17.010

Houve um aumento de 13% na receita líquida do Porto de Maceió, decorrente, principalmente, do incremento nas receitas provenientes dos contratos de arrendamentos das áreas portuárias.

24. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	8.899	8.188	3.807	3.838
Serviços	6.582	5.509	3.333	2.300
Materiais	213	81	49	22
Depreciação	5.563	4.848	2.808	2.379
Total	21.257	18.626	9.997	8.539

Houve um aumento de 14% nos custos operacionais do período, destacando-se, entre as variações mais relevantes, o grupo de pessoal, em razão do Acordo Coletivo de Trabalho e de acordos judiciais trabalhistas, e o grupo de serviços, em razão de honorários sobre reclamatórias trabalhistas.

25. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	12.791	11.998	6.415	6.206
Serviços de Terceiros	5.405	4.644	2.398	2.304
Utilidades	71	132	36	69
Despesas Gerais	1.668	1.062	892	513
Depreciação	394	433	197	213
Total	20.329	18.269	9.939	9.305

Houve um aumento de 11% nas despesas operacionais do período. Entre as variações mais significativas, destacam-se: (i) o grupo de pessoal, em decorrência dos reajustes previstos no Acordo Coletivo de Trabalho; (ii) o grupo de serviços de terceiros, em função dos gastos com locação de mão de obra de apoio às atividades administrativas no Porto de Maceió; e (iii) o grupo de despesas gerais, impactado principalmente por gastos com viagens e passagens aéreas.

26. Despesas com perdas estimadas sobre créditos

Refere-se às Perdas Estimadas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativas a valores a receber de clientes, bem como às provisões para depósitos e bloqueios judiciais, conforme notas explicativas 3.4 e 5.

27. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para contingências	(629)	(3.823)	(389)	(1.396)
Reversão de provisões	49.951	6.966	49.850	923
Saldo líquido de provisões constituídas	49.322	3.143	49.461	(474)

Houve, no período, reversão de R\$ 49.322 mil relacionada a contingências cíveis e fiscais. No âmbito cível, a reversão decorreu do Termo de Confissão de Dívida (TCD) firmado com o PORTUS, que resultou na suspensão de todos os processos judiciais então em curso. Já no âmbito fiscal, a reversão refere-se a cobranças de ICMS relativas a exercícios anteriores, em razão de processo de reconhecimento de imunidade tributária atualmente em trâmite.

28. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Outras Receitas	1.368	2.060	1.014	1.584
Reembolso de Despesas	21	43	2	43
Taxa para Operação Portuária	1	0	1	0
Reversão de déficit atuarial	1.346	670	1.011	394
Venda de Almoxarifado ao Arrendatário	0	1.347	0	1.147
Outras Despesas	(5)	(561)	(1)	(29)
Ajustes de Estoques	(4)	(2)	(0)	(2)
Multas	(0)	(379)	(0)	(27)
Custo Almoxarifado vendido	0	(180)	0	0
Total de Outras Receitas/Despesas	1.364	1.498	1.013	1.555

29. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras	65.265	5.012	61.088	2.199
Juros Ativos	113	108	83	52
Variações Monetárias Ativas	153	206	153	7
Multas Ativas	64	12	56	5
Descontos Obtidos	56.628	0	56.628	0
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	5	3	2	2
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	8.303	4.683	4.167	2.133
Despesas Financeiras	(36.360)	(29.396)	(16.419)	(15.275)
Juros Passivos	(2)	(23)	(2)	(23)
Variações Monetárias	(3.892)	(182)	(50)	(155)
Encargos Financeiros AVP	(247)	0	(245)	0
Atualização Monetária	(299)	(365)	(150)	(161)
Despesas Bancárias	(73)	(62)	(31)	(34)
Multas	(25)	0	(25)	0
Juros s/PORTUS	(4.142)	(5.115)	(1.346)	(2.407)
Variação Monetária s/PORTUS	(2.936)	(2.789)	(944)	(1.225)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2.673/98	(24.297)	(20.467)	(13.399)	(11.078)
Atualização Monetária - INSS	(433)	(390)	(225)	(191)
Var. Mont. s/ dívida CODERN	0	(2)	0	0
Outras Despesas Financeiras	(15)	(1)	(2)	(0)
Total do resultado financeiro	28.905	(24.384)	44.669	(13.076)

Houve um aumento de 1.202% na receita financeira, decorrente, principalmente, dos de deságio obtido na negociação do TCD do Portus, além dos rendimentos sobre aplicações financeiras. Quanto à despesa financeira, registrou-se elevação de 24%, destacando-se, entre as variações mais relevantes, a conta de variações monetárias, em função da atualização da dívida previdenciária do Porto de Maceió, bem como da atualização monetária sobre créditos destinados ao aumento de capital.

30. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme PL.1011.01, versão 3.0.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

31. Remuneração de Empregados, Diretores e Conselheiros

Conforme resolução CGPAR/ME nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo contém informação acerca das remunerações, quantitativo e benefícios dos empregados, assim como remuneração dos diretores e conselheiros.

Descrição	2025	2024
-----------	------	------

Remuneração		
Conselheiros		
Média	3	3
Administradores		
Menor	27	22
Maior	36	72
Média	31	39
Empregados		
Menor (APMC)	5	5
Maior (APMC)	37	36
Média (APMC)	24	23
Menor (Codern)	2	2
Maior (Codern)	38	32
Média (Codern)	6	6
Quantidade de Empregados		
Codern	147	142
APMC	36	39
Valor médio global dos benefícios oferecidos		
Codern	2	2
APMC	3	3

32. Eventos Subsequentes

32.1 Imunidade Tributária

Em função de recorrentes déficits financeiros nos últimos cinco exercícios sociais e da redução de sua Receita Operacional em decorrência do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, com vigência a partir de 01/11/2022, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN ajuizou diversas ações judiciais visando ao reconhecimento da imunidade tributária recíproca, com fundamento no artigo 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal, e precedentes do Supremo Tribunal Federal.

As ações abrangem tributos municipais, estaduais e federais, inclusive os incidentes sobre a renda, como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

No âmbito municipal, foram reconhecidas, por decisão judicial transitada em julgado, a imunidade da CODERN quanto ao ISS e IPTU devidos ao Município de Areia Branca/RN, com consequente direito à restituição de valores indevidamente pagos, atualizados pela Taxa Selic, além da restituição de custas processuais e honorários advocatícios. Em 15/03/2025, foi homologado o montante de R\$ 16.667.730,74, referente à restituição de IPTU, ISS e custas judiciais, além de R\$ 1.077.631,84 a título de honorários sucumbenciais, com expedição de requisição de pagamento via precatório.

Em relação ao Município de Natal/RN, também houve o reconhecimento definitivo da imunidade da CODERN quanto ao ISS, com trânsito em julgado, assegurando-se igualmente a restituição de valores pagos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e durante sua tramitação, observada a atualização monetária pela Taxa Selic.

No que tange aos tributos estaduais, a 1ª Vara Federal do RN proferiu decisão favorável à CODERN reconhecendo a imunidade em relação ao ICMS e ao IPVA, determinando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a abstenção da sua inscrição em dívida ativa, bem como a emissão de Certidões Positivas com Efeitos de Negativas.

No tocante ao Porto de Maceió, a respectiva Administração ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade tributária municipal, o qual foi acolhido administrativamente pelo Município de Maceió, encontrando-se o processo em fase de homologação judicial da concordância manifestada.

Adicionalmente, tramita ação judicial na Justiça Federal com o objetivo de reconhecer a imunidade tributária quanto aos tributos federais incidentes sobre a renda. Em 04/06/2025, a 1ª Vara Federal proferiu sentença julgando procedente o pedido, reconhecendo a imunidade tributária recíproca da CODERN em relação aos impostos federais.

As decisões judiciais mencionadas reforçam a qualificação da CODERN e do Porto de Maceió como empresas públicas federais prestadoras de serviços públicos essenciais, sem fins lucrativos e sem atuação em regime de concorrência, atendendo aos pressupostos constitucionais para fruição da imunidade tributária recíproca.

32.2 Cisão do Porto de Maceió

Conforme ofício APMC nº 088/2022, de 25 de julho de 2022, o Porto de Maceió expressou interesse de realizar uma gestão de forma independente, comunicando a contratação de empresa de consultoria especializada, para realizar estudo de viabilidade econômica, administrativa e financeira do referido Porto.

Em 16 de maio de 2023, o Porto de Maceió, mediante ofício 058/2023, informou à CODERN a conclusão do aludido estudo, onde foi comprovada a capacidade econômica e financeira da APMC em realizar sua gestão independente, ou seja, desvinculada da CODERN. O estudo foi devidamente encaminhado ao então Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNPTA/MINFRA.

Em 31 de agosto de 2023, a SNPTA/MINFRA, emitiu Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA, onde analisou e apresentou exposição de motivos acerca da conclusão do citado estudo “O Estudo elencou algumas vantagens de uma possível gestão independente do Porto de Maceió, a exemplo de: Correção de uma antiga anomalia que perdura por mais de 31 anos, desde a extinção da Portobrás; Implantação da reestruturação de gestão proposta pela atual política setorial portuária, pelo Ministério Supervisor na gestão dos portos vinculados à Codern;

Aumento de eficiência com resultados positivos quanto a redução de custos e aumento de competitividade do Porto de Maceió em benefício do da economia do Estado de Alagoas".

A presente Nota Técnica, em seu item 5.31 citou sugestão para criação de Empresa Pública Federal, "Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, a União foi autorizada a constituir, quando julgasse necessário, sociedades de economia mista ou empresas públicas para explorar portos, terminais e vias navegáveis localizados em um ou mais estados. Nesse sentido, a criação de uma Empresa Pública Federal é uma das alternativas para a administração do Porto de Maceió, sendo uma forma específica de descentralização em que a União cria uma entidade autônoma para executar determinadas atividades de interesse público".

Conforme ofício Nº 584/2023/SNPTA-MPOR, de 05 de setembro de 2023, foi apresentado a seguinte manifestação:" Por meio da Nota Técnica nº 40/2023/CGGP- SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7500903) e do Despacho nº 118/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7487878), com os quais estou de acordo, razão pela qual, diante das alternativas apresentadas para gestão do Porto de Maceió e do constante no item 5.31 da referida Nota, sugiro a criação de uma empresa pública federal nos moldes das seis já existentes (APS, Codern, Codeba, CDC, CDP e Portos Rio), eis que evidenciada sua viabilidade técnica e econômica.

Em 18/07/2024, foi publicado no Diário Oficial da União a mensagem nº 552 do Presidente da República que cita o encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que "autoriza a criação da empresa pública Companhia Docas de Alagoas e a contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em diversas iniciativas".

Em 11/12/2024, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 3.034/2024, que cria a Companhia Docas de Alagoas em decorrência da divisão parcial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern). O referido projeto encontra-se, atualmente, na Secretaria Legislativa do Senado, aguardando despacho.

Diante dos fatos acima elencados, vislumbra-se para a CODERN, um cenário econômico/financeiro desfavorável, considerando a desvinculação do Porto de Maceió, o Resultado do Período sofrerá decréscimo, em função da Receita do Porto de Maceió representar 75% da receita líquida da CODERN no 1º semestre de 2025.

32.3 Ordem Executiva - Governo dos Estados Unidos

O Presidente Donald J. Trump assinou Ordem Executiva que estabelece tarifa adicional de 40% sobre produtos originários do Brasil, elevando a alíquota total para 50%. A medida foi justificada como resposta a políticas, práticas e ações recentes do Governo brasileiro que, segundo a administração norte-americana, configuram ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos.

No Estado de Alagoas, a exportação média anual supera 80 mil toneladas de açúcar destinadas ao mercado norte-americano, dentro da cota de isenção tarifária atualmente vigente. A elevação tarifária poderá impactar diretamente as receitas associadas a essas operações no Porto de Maceió, assim como o contrato de arrendamento firmado com a empresa EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.

No caso do Rio Grande do Norte, o mercado norte-americano representa um dos principais destinos das exportações de sal, produto que corresponde a cerca de 98% da produção nacional. A alteração tarifária compromete a competitividade do sal marinho produzido no Estado, com reflexos negativos na movimentação do Terminal Salineiro de Areia Branca. Considerando que a CODERN aufera receitas de arrendamento vinculadas à movimentação de sal, a medida pode resultar em redução significativa de receitas, em razão da provável queda no volume exportado.

Diante do exposto, conclui-se que ainda não é possível estimar com precisão a extensão dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes da nova tarifa. Por essa razão, a Alta Administração permanecerá acompanhando de forma contínua os desdobramentos da medida e seus impactos sobre as operações e os resultados futuros da Companhia.

33. Responsabilidades assumidas orientadas pela União

Nos termos do artigo 6º do estatuto social, a Companhia poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com o seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. Nessas circunstâncias, a União poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimentos e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

Em consonância com esse dispositivo, a administração informa que, para o exercício de 2025, foram aprovadas dotações orçamentárias no montante de R\$ 46.007 mil destinados à execução de investimentos estratégicos com recursos da União, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, conforme acompanhamento realizados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

Projeto	Valor da Dotação Atual
Construção do Berço 4 do Porto de Natal (RN)	5.068
Adequação de Instalações no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)	244
Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto de Natal (RN)	2.773
Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)	128
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Maceió (AL)	8.974
Aquisição de Defensas de Cais para o Porto de Natal	6
Implantação do Programa de Conformidade de Resíduos e Efluentes	65
Dragagem de Manutenção e Readequação do Canal de Acesso Aquaviário do Porto de Natal	21.539
Construção da Nova Sede no Porto de Maceió - AL	3.590
Instalação de Usina Fotovoltaica em Natal/RN	598
Instalação de Usina Fotovoltaica no Porto de Maceió (AL)	1.197
Reforma dos Armazéns 1 e 2	239

Reforma dos Galpões 1 e 2	179
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária	6
Estudos para o Desenvolvimento do Setor Portuário	74
Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento no estado do Rio Grande do Norte	239
Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento no estado de Alagoas	86
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos no estado do Rio Grande do Norte	500
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos no estado de Alagoas	500
Total	46.007

A execução orçamentária realizada no 1º semestre de 2025 totalizou R\$ 7.251 mil, com destaque para os seguintes projetos em andamento:

Projeto	Valor da Dotação Atual	Execução
Adequação de Instalações no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)	244	97
Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto de Natal (RN)	2.773	186
Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)	128	112
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Maceió (AL)	8.974	302
Dragagem de Manutenção e Readequação do Canal de Acesso Aquaviário do Porto de Natal	21.539	6.268
Estudos para o Desenvolvimento do Setor Portuário	74	24
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos no estado do Rio Grande do Norte	500	69
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos no estado de Alagoas	500	195
Total	34.733	7.251

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
 Diretor Presidente Diretor Administrativo Financeiro
 CPF Nº 590.476.905-91 CPF 590.476.905-91

PAULO SIDNEY GOMES SILVA ADRIANA CUNHA DE SIQUEIRA
 Diretor Técnico Comercial Gerente de Recursos Financeiros
 CPF Nº 897.342.034-87 CPF Nº 829.217.924-00

ANA MARIA DE SENA
 Contadora - CRC 3815/RN
 CPF Nº 201.065.804-34

-  Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário: Contador**, em 13/11/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.
-  Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO - DAF (Interino)**, em 14/11/2025, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.
-  Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cunha de Siqueira, Gerente de Recursos Financeiros**, em 17/11/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.
-  Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sidney Gomes Silva, Diretor Técnico Comercial**, em 17/11/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10525237** e o código CRC **8F04C5AE**.



Referência: Processo nº 50902.001428/2025-41



SEI nº 10525237

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330